

Ciência, cultura e saberes ancestrais: diálogos na formação de professores indígenas na Amazônia – Entrevista com Marilene Correia Freitas

Josefa Alexandrina da Silva¹

Introdução

Marilene Correa da Silva Freitas é professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Sociedade e Cultura na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em sua trajetória profissional, ocupou cargos de destaque, como: Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (2003–2007); Reitora da Universidade do Estado do Amazonas (2007–2010). Atualmente, compõe a diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (2023–2025). Com vasta produção acadêmica, suas pesquisas concentram-se no Pensamento Social da Amazônia, na Política Científica e na Educação Indígena enquanto pilares da sustentabilidade, destacando a formação de professores como eixo central. No âmbito internacional destaca-se sua participação em estudos comparativos entre Brasil, França, México e Argentina sobre a crise da legitimidade da profissão docente.

A entrevista foi realizada no Casa do Saber da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em São Gabriel da Cachoeira-AM, durante o II Seminário de Direitos Humanos, Estado e Cidadania: Formação indígena e desafios da/para cidadania (26-30 de maio de 2025). Nesse evento, ocorreu a defesa pública de dissertações de mestrado por 16 indígenas de diversas etnias, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM).

Na entrevista, a Professora Marilene Correa Freitas, discute os desafios da pesquisa sociológica na Amazônia; a importância do diálogo intercultural que conecte

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino em Ciências Sociais – ABECS.

saberes ancestrais, ciência e cultura e o papel da educação escolar indígena no fortalecimento da identidade e autonomia dos povos originários.

1 A senhora poderia nos contar como sua trajetória intelectual foi influenciada pelas experiências formativas com o Prof. Otávio Ianni (em São Paulo) e o Prof. Louis Marmoz (em Paris), especialmente em relação aos seus estudos sobre a Amazônia?

Eu entrei na Universidade Federal do Amazonas como professora mediante concurso publico para auxiliar de ensino, em fevereiro de 1979. Nesta época eu estava fazendo uma especialização para o magistério superior, em pesquisa social, convidada que fui por uma ex-professoras do curso de Serviço Social. Eu me formei no bacharelado de Serviço Social em 1975 e ao concluir o curso já estava trabalhando de contrato assinado em duas instituições: no Hospital Colônia Eduardo Ribeiro, hospital público de psiquiatria que tinha um campo de debates sobre a antipsiquiatria, contando com residentes e professores de Medicina altamente engajados no tema; e no departamento regional do SESI no Amazonas, onde o Serviço Social estava em franca expansão. Ao ser convidada por professores da UFAM, junto a outros ex-alunos destacados, para dois concursos (Ciências Sociais e Serviço Social), fui aprovada em primeiro lugar em ambos. Optei pelo Departamento de Ciências Sociais, onde atuei até minha aposentadoria em 2023 — hoje, sigo como professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em Sociologia e Sociedade e Cultura na Amazônia.

Em 1986, quando surgiu a rara oportunidade de fazer mestrado em São Paulo — viabilizada pelo antigo PICD (Programa Institucional de Capacitação Docente) da CAPES, por indicação da coordenação local —, eu não podia recusar nem recuar. Afinal, outra professora já havia desistido, e não podíamos perder aquela vaga para as humanidades. Decidi ir, concorri e, mais uma vez, fui selecionada em primeiro lugar.

O Prof. Octavio Ianni integrava a banca examinadora junto com a Prof.^a Carmem Junqueira. Durante a avaliação, Ianni comentou sobre minha prova escrita e as referências que eu havia utilizado - O 18 Brumário de Luís Bonaparte e As Lutas

de Classes na França - solicitando tanto comentários pontuais quanto gerais. Expliquei que esses textos faziam parte das leituras da disciplina de Sociologia II que eu ministrava para os cursos de Comunicação Social e Serviço Social.

Ele também indagou como eu tivera acesso às teorias de dominação de Max Weber. Respondi que fora tanto através das edições do Fondo de Cultura Econômica² quanto pelas coleções da UnB³. Quando perguntou se eu já havia escolhido orientador e se colocou à disposição, aceitei imediatamente, pois até então eu só o conhecia literariamente.

Assim se iniciou uma parceria muito especial de reflexões sobre a Amazônia. Octávio Ianni já pesquisava os processos de implantação dos planos autoritários da ditadura militar na região. Ele publicara obras importantes sobre a Amazonia: Ditadura e Agricultura (1979); Estado e planejamento econômico no Brasil (1971) e A luta pela terra (1978). Neste último, analisa a chegada de posseiros, resultado de sua imersão em pesquisa de campo em Belém do Pará. A partir de sua orientação, eu investigava a importância da Amazônia para a questão nacional e como a região revelava as dificuldades de compreensão do poder político sobre o 'Brasil profundo'. Compreender os elementos que constituíam a questão nacional brasileira e como a Amazônia se inseria nisso, foi a motivação maior. Isso me jogou na busca pelos processos de colonização da Amazônia e a diversidade de caminhos que a afastavam e aproximavam a região do Brasil.

À medida que os estudos iam se aprofundando, entendi a singularidade da formação social amazônica em suas múltiplas formas de existência: indígena, portuguesa, lusitana, brasileira, e as possibilidades revolucionárias de ser um país independente... bem isso mudou totalmente a natureza dos estudos entre as partes e o todo, entre a Amazônia e o Brasil, entra a Região e a Nação. Certamente foi um

² WEBER, Max. Economía y sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

³ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo, São Paulo: Pioneira; Brasília: UnB, 1967

diferencial em todo o meu olhar sobre as contradições da sociedade brasileira e o seu Estado- Nação.

Paralelamente eu ia me inserindo na obra dele, nos seus estudos e parcerias com Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, dos diferentes interesses dos sociólogos brasileiros na PUC-SP e na USP e da criação dos cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP. Neste período, conheci o pensamento de Antônio Gramsci por meio de Elide Rugai Bastos, que retornava de um período de estudos no Instituto Gramsci, na Itália. Durante um ano, ela se dedicou a nos fazer compreender conceitos fundamentais como a revolução passiva e a questão meridional – chaves teóricas essenciais para analisar a realidade das relações desiguais no Brasil e suas regiões. Elide Rugai Bastos realizava seu doutorado sob orientação de Otávio Ianni, estudando o pensamento de Gilberto Freyre, cuja obra é central para entender a formação dos intelectuais brasileiros e as interpretações sobre o Brasil.

Durante a elaboração do meu projeto de doutorado, quatro anos depois, o pensamento de Octavio Ianni sobre a sociedade global voltou a impactar minha imaginação científica. Minha pesquisa revelava como os processos globais atingiam mesmo as regiões mais remotas, permitindo identificar conexões entre os conflitos emergentes na Amazônia e as transformações estruturais em curso no Brasil e no mundo. Nesse contexto, equacionei os impasses entre a região, a nação e a ordem global através de quatro eixos analíticos: (1) o modelo da Zona Franca de Manaus como expressão paradoxal da globalização econômica; (2) a questão indígena em sua dupla face de resistência e vulnerabilidade; (3) as tensões entre cultura e ambiente no ecossistema amazônico; e (4) a problemática ambiental decorrente da expansão do agronegócio e das mudanças no uso da terra.

Caracterizei essas transformações como 'Metamorfoses da Amazônia' - processos de intervenção do capital internacional em sua fase mais avançada e perversa na região. Vinte e cinco anos depois, constato que não apenas compreendi as dinâmicas que então se iniciavam, mas testemunhei sua consolidação. O paradoxo

permanece: a Amazônia tornou-se ainda mais central para o projeto nacional, mas o Brasil segue incapaz de decifrá-la em sua complexidade global-local.

Minha colaboração com Louis Marmoz iniciou-se através de um projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), junto ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB) que focalizava a Amazônia, envolvendo pesquisadores das Faculdades de Educação e Ciências Sociais. Esta parceria analisava as dimensões socioculturais das políticas educacionais na região, com ênfase na educação indígena e nos processos de escolarização no contexto amazônico e brasileiro. No âmbito desta cooperação, desenvolvemos diversas atividades como: organização de seminários e colóquios internacionais; mobilidade acadêmica de estudantes e pesquisadores e Co-orientação de teses e participação em bancas examinadoras. Realizei meu primeiro pós-doutorado na França sob sua supervisão, pesquisando a relação entre educação e ocidentalização do mundo. Este estágio acadêmico, desenvolvido inicialmente na Université de Caen e posteriormente na Université de Versailles, foi particularmente enriquecido pela posição do Professor Louis Marmoz como Adjunto à Direção da Divisão de Educação Superior e Pesquisa da UNESCO. Esta conexão nos permitiu estabelecer intensos diálogos com pesquisadores de países africanos, asiáticos e latino-americanos. Essa experiência abriu portas para novas colaborações internacionais, como evidenciado por meu segundo pós-doutorado (2023) na Université Gustave Eiffel com Véronique Delattre, onde conduzimos estudos comparativos entre Brasil, França, México e Argentina. Atualmente, mantenho vínculos acadêmicos ativos através de Associação Francófona Internacional de Pesquisas em Ciências da Educação (AFIRSE), da qual Marmoz foi presidente até recentemente. Também colaboro como codiretora da Revista *La Recherche en Éducation*, criada por Louis Marmoz (França) e Maria Tereza Estrela (Portugal) e hoje dirigida por Véronique Delattre. Louis Marmoz sempre valorizou as agendas de pesquisa que envolvem a Amazônia e os pesquisadores que atuam na região com povos indígenas, assim como as políticas educacionais em contextos multiculturais.

Seu apoio tem sido fundamental para consolidar redes de pesquisa intercontinentais que abordam problemas educacionais em diferentes contextos nacionais.

2 A desigualdade de gênero na academia envolve tanto a discriminação quanto a sobrecarga de responsabilidades domésticas e sociais. Como a senhora lidou com esses desafios em sua própria trajetória?

Eu não tive essa percepção de gênero na fase inicial da minha carreira, não havia ainda - nem em meu círculo acadêmico, nem no debate social local - a percepção de gênero como categoria analítica, tal como viria a se desenvolver posteriormente. No entanto, já existiam discussões críticas vigorosas sobre a condição feminina em três dimensões concretas: como operária explorada na Zona Franca de Manaus, como trabalhadora extrativista subjugada, e como dona de casa subalternizada nas relações domésticas. Ou seja, a aquisição de percepção e consciência crítica advinha de leituras de Simone de Beauvoir, Rosa Luxemburgo, Rose Marie-Muraro “Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil” (obra importante porque ela mostrava diferentes formas da dominação do homem sobre a mulher do campo e da realidade urbana...). Vendo em retrospectiva percebo que realidades em transformação no meu estado do Amazonas e em Manaus, assim como nas instituições universitárias brasileiras (vivi intensamente os debates da redemocratização e a crescente tensão entre a ditadura militar e as instituições libertárias), contribuíram para um aguçamento crítico do meu olhar sobre mim própria, mas observo que foi uma apreensão simultaneamente intelectual, política e existencial. Nos anos 80, passei por um divórcio com três filhos e não solicitei pensão. Logo após esse período, iniciei minha carreira universitária. Casei-me de novo, tive mais dois filhos, diz doutorado e pós-doutorado e meus filhos sempre acompanharam essa movimentação.

Concilieei minha trajetória acadêmica com uma intensa militância política, participando ativamente de momentos históricos como a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no meu estado, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT)

e o processo de organização da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) - que, à época, atuava como associação antes de se consolidar como sindicato nacional. O pertencimento político como direção, militante, professora universitária, davam-se no ambiente de redemocratização da sociedade e da universidade e não me permitiram autopiedade ou participar de lutas de gênero ou raciais. Nunca tive medo ou recuei do que fizemos (eleições diretas nas Universidades, a luta nacional pela carreira unificada e as greves), etc. Em algum momento me auto- reconheci sobrecarregada pela criação dos filhos, mas isso nunca me impediu de participar dos movimentos sociais ou cumprir as obrigações da carreira, inclusive de completar minha formação, parecia natural das minhas escolhas. Ao longo de minha trajetória, sempre problematizei as dificuldades da docência enquanto questão coletiva, destacando como a região amazônica historicamente foi - e continua sendo - excluída das políticas nacionais de formação docente, da distribuição equitativa de bolsas de estudo e dos projetos de excelência educacional no Brasil. Não via as condições adversas como um problema pessoal, mas como fruto de desigualdade estrutural do Brasil. Hoje compreendo a importância desses estudos e o quanto têm contribuído para as relações e aquisição dos novos direitos humanos e igualdade entre os sujeitos.

3 Em sua experiência, como as Ciências Sociais ajudam a desconstruir estereótipos e revelar a complexidade da vida social na Amazônia?

Em minha experiência, as Ciências Sociais fornecem ferramentas cruciais para desconstruir estereótipos sobre a Amazônia ao revelar sua complexidade social através de uma análise estrutural profunda que expõem as continuidades coloniais, a imposição de políticas nacionais sobre a diversidade regional e os impactos da economia extrativista sobre territórios e povos. As Ciências Sociais desvendaram como os processos de modernização causaram danos ao meio ambiente e a organização tradicional de populações rurais, urbanas e da floresta. As Ciências Sociais demonstraram como o planejamento autoritário do período militar fragmentou a Amazônia, entregando-a ao capital internacional destruindo as territorialidades

tradicionais fazendo recrudescer a luta pela terra de indígenas e posseiros, contribuindo para a concentração de riqueza e a pobreza na região. Por outro lado, as Ciências Sociais pesquisaram e pesquisam as formas de organização e dinâmicas originárias de populações, povos, migrantes, vida institucional, políticas públicas, estados, processos socioculturais, políticos econômicos. Isso é fundamental para retirar a Amazônia de um imaginário ingênuo e anticientífico e de produzir o reconhecimento de especificidades culturais e políticas da região. Compreender a Amazônia pelas lentes das Ciências Sociais é desvendar o Brasil profundo em suas contradições. Como consequência, esse enorme campo e repertório de pesquisa nos faz ver como brasileiros, sujeitos que se debatem em dinâmicas e processos de desigualdade econômicas e culturais internas e externas, e que estão em condições regionais avaliadas como periféricas ao Brasil e ao mundo, mas que tem clareza dos processos que podem protagonizar e liderar no âmbito da educação e da pesquisa científica das nossas condições.

4 Quais os maiores obstáculos — sejam políticos, logísticos ou culturais — que a senhora encontrou ao realizar pesquisas na região amazônica?

Obstáculos políticos remetem tanto à forma de como a ciência brasileira é estruturada como aos mecanismos de fomento e desenvolvimento científico nacional. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pouco financiou a pesquisa na Amazônia até 2003, porque não tínhamos programas de pós-graduação em todos os estados da região. A CAPES apoia os programas de formação que cessam quando os mestres e doutores concluem seus estudos. Os programas que financiam projetos de pesquisa só chegaram até aqui com muita luta política nos governos Lula I e II. A implantação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), a criação de estruturas de Ciência e Tecnologia e Inovação (CT&I) e fomento específico rompem, aos poucos com o isolamento institucional das Universidades amazônicas em termos de ensino e pesquisa de pós-graduação e pesquisa. Mas isso só tem 20 anos e já evoluímos muito! Ao lado desses obstáculos os editais nacionais põem

os pesquisadores da Amazonia no mesmo âmbito de oportunidades da concorrência nacional, aumentando a injustiça de tratar os desiguais de modo igual, e as contradições só aumentam. As publicações, os mecanismos de cooperação nacional e internacional, as agências de fomento, não beneficiam quem está em posicionamento inferior nos ranks nacionais. Mesmo assim há lenta evolução, mas com muito desgaste e sacrifício de contingentes de pesquisadores que se concursam e trabalham nas Instituições de Ensino Superior/Institutos Federais de Educação Tecnológicas/Institutos de Pesquisa Estaduais da região norte. Adicionem essas dificuldades à distância para participação em eventos nacionais sem bolsas, a ausência de conexão em publicações nacionais e internacionais, que ainda são constantes. No meu caso, mesmo formada na PUC SP e na UNICAMP, com a orientação de Octávio Ianni, não me assegurou pertencimento à comunidade científica, mas as mudanças ocorrem muito lentamente.

5 Suas análises sobre a realidade amazônica evidenciam os impasses da formação do Brasil e as dificuldades de integração de uma região tão marcada por problemas estruturais. Como a senhora interpreta essa contradição?

O ex-presidente FHC que era sociólogo, disse mais de uma vez que o Brasil só tinha condições de dar dignidade de cidadania para 30% dos brasileiros, demorei a compreender que ele falava da impossibilidade de a questão nacional ser equacionada, como não foi: pobreza e concentração da riqueza não colaboram com a democracia nem asseguram os direitos conquistados na Constituinte, então temos um longo percurso como sociedade nacional.

Ainda existem na Amazônia os processos predatórios que produzem a riqueza fácil do extrativismo (mineral, de organismos vivos, e da floresta). Políticas nacionais precárias e distantes da realidade regional, apesar das melhoras nas áreas de saúde e educação depois da escandalosa condição de a Amazônia ter sido o laboratório da morte na pandemia; a invasão do agronegócio sobre os territórios tradicionais e terras públicas na Amazônia é escandalosa assim como o garimpo ilegal e a poluição dos rios e ambientes naturais da região. O comando e controle do território brasileiro na

Amazônia está sendo retomado no governo Lula III pois no governo Bolsonaro chegamos ao limite de ver os índios sendo metralhados em programa nacional de televisão. Prioridades nacionais e regionais como a problemática ambiental, fronteiras, proteção às populações indígenas em seus territórios, a questão humanitária dos ianomamis, foram passos democráticos fortes para recolocar a Amazônia entre as atenções do governo brasileiro. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) vai expor essas prioridades em outra dimensão em novembro.

6 Como a articulação com centros de pesquisa nacionais e internacionais contribui para a preservação da Amazônia, considerando a histórica escassez de investimentos em ciência na região?

As agendas de pesquisa nacionais têm se articulado com IPES locais para pesquisar florestas, biodiversidade, biotecnologia, dinâmicas de águas, pesca e modos de produção, dinâmicas do uso da terra, governança, clima, ambiente, territórios e povos, processos socioculturais, cidades, conhecimento tradicional etc. Mas as intensidades são diferentes assim como as intensidades e prioridades não ficam claras. Cada campo disciplinar imprime agenda de pesquisa que seus pares nacionais aceitem, e isso tira um pouco da singularidade e da especificidade da pesquisa na região. Posso estar errada, mas seguimos a fragmentação nacional das escolhas e dos repertórios de pesquisas. O fomento local tenta aproximar as chamadas dos editais às necessidades locais, geralmente aquelas vinculadas as agendas de resolução de problemas sociais, ou de políticas públicas institucionalizadas. As agendas ligadas à transição ecológica e mudanças climáticas começam a movimentar grupos de pesquisa e agências de fomento.

7 Como a formação de professores indígenas nos cursos de Licenciatura Intercultural é estratégica para um desenvolvimento sustentável na Amazônia?

Os indígenas, como povos e indivíduos, sempre tiveram clareza das dificuldades da Amazônia com o Brasil. Resistência histórica já demonstraram, sobreviveram a todos os tipos projetos nacionais integradores, despóticos e distópicos; assim como demonstram resiliência às adversidades de ontem e hoje, mostrando que são mestres em adaptabilidades em todos os ambientes da Amazônia (ambientes da floresta, das cidades e dos arranjos rurais). Através da Licenciatura intercultural chegaram a outros campos disciplinares e às pós-graduações, demonstrando uma relação de interesse direto entre as agendas de pesquisa e aos seus processos de conhecimento e autoconhecimento, ambos fortalecedores de suas identidades, relações éticas e interétnicas. Os índios estão ampliando os espaços do conhecimento indígena sobre a Amazônia e fazem severas críticas ao conhecimento ocidental. Mas disputam espaços educacionais, políticas educativas e visões de mundo nos ambientes de ensino e de pesquisa integrando diálogos essenciais sobre as instituições nacionais, a ciência brasileira e a posição dos conhecimentos indígenas nesses espaços.

8 Como as Ciências Sociais podem ressignificar suas abordagens teóricas na Amazônia e dialogar com saberes tradicionais com vistas à minimizar tensões entre o acadêmico e os conhecimentos ancestrais?

Tenho observado uma clara mudança nas Ciências Sociais em relação a Amazônia. Permanece a disposição crítica de identificar cenários e mudanças em que forças sociais se opõem: os poderes instituídos e sua incapacidade crônica de intervir sobre a desigualdade econômica de populações regionais e povos indígenas. Assim como permanece uma inserção institucional grande da ação profissional das Ciências Sociais na aplicação de políticas públicas. A pobreza e a miséria na Amazônia estão refletidas nas moradias, na falta de saneamento básico, no desemprego, nas dificuldades de cobertura nas políticas de educação, saúde e assistência. Em sentido amplo, as Ciências Sociais não cessam de diagnosticar as precariedades e deficiências do poder público. No entanto cresce entre as Ciências Sociais um discurso dos de baixo que passam a ser coprodutores da crítica social na Amazônia, o conhecimento das

necessidades da população é acolhido como denúncia e inventário das Ciências Sociais. Assim os grupos sociais em situação de vulnerabilidade passam a ser protagonistas de ações políticas de luta por mais espaços de representação política e melhores condições de bem-estar com o apoio direto e indireto do pensamento social e do conhecimento das Ciências Sociais. Isso se reflete nas escolhas dos temas de pesquisa, no aprofundamento do conhecimento sobre as realidades locais, nos repertórios dos estudos de gênero, étnicos raciais e disputas étnico territoriais. Busca-se, no ambiente universitário ora uma simetria de convivência entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, ora um fortalecimento da autoetnografia dos sujeitos em disputa de prestígio e validação de seus pontos de vista (o que favorece o conhecimento advindo da tradição local), ora uma hiperexposição de estudos de minorias como ponto de apoio contra a desigualdade e diferenciação e a condição de interseccionalidade que atinge pobres, indígenas, negros, minorias sexuais, raciais, e de gênero em todos os sistemas de opressão diferentes, presentes nas relações sociais da Amazônia. Ou seja, as Ciências Sociais estão sempre ecoando ou ouvindo as vozes da região em sua diversidade de problemas e formulações, isso gera proximidade e cumplicidade. E de alguma maneira esse fato minimiza as tensões entre o conhecimento tradicional e o conhecimento ocidental prevalecente nas estruturas de ensino e pesquisa das Ciências Sociais.

9 Quais práticas pedagógicas são usadas na formação de professores indígenas, e como elas se relacionam com as epistemologias do Sul Global?

Não sei se tem uma pedagogia específica no ensino de Sociologia, mas é evidente que se busca uma igualdade de posições na valorização dos conhecimentos locais; na valorização da condição dos sujeitos indígenas como conhecedores da realidade, na busca pela apreensão do ponto de vista dos sujeitos alunos/ especialistas nos processos e relações em que vivem. Essas atitudes aproximam de pautas colaborativas de pesquisa, favorecem a imersão no campo, criam cumplicidade e trocas narrativas importantes assim como pontos de identidade com os temas

pesquisados. A Sociologia os treina para aguçar suas percepções da realidade que eles já vivenciam e eles respondem com o pertencimento às redes de conhecimento de pesquisadores indígenas e não indígenas, integram-se aos debates e discussões sobre os procedimentos de pesquisa e elegem os seus focos de prioridade respeitados por nós. É possível dizer que realmente é um processo colaborativo que tem predominado nessas relações.

No que concerne a uma pedagogia intercultural as salas de comunidades plurilíngues e de relações interétnicas complexas já deixam os professores não indígenas menos dispostos a manter barreiras disciplinares, comportamentais e institucionais, mesmo que esses papéis formalmente existam. Prevaecem as aproximações humanas guiadas pelo espírito crítico sobre o pensamento eurocêntrico e contra a produção de colonialidades contemporâneas. Isso cria laços de pertencimento entre alunos indígenas e professores não indígenas. O exercício de aproximação de realidades formais das Ciências Sociais com as vivências locais é um ponto importantíssimo dessa relação pedagógica.

10 Como o ensino com base na interculturalidade, ao reconhecer comunidades como produtoras de conhecimento e não apenas 'informantes', desafia hierarquias acadêmicas colonialistas e fortalece epistemologias locais?

Esse Inter reconhecimento é recente, tem pouco mais de três décadas nos níveis de pesquisa de mestrado e doutorado; e mais recentemente, ainda tem a ver com a radicalidade e difusão do pensamento decolonial. Há muitas interfaces em curso, mas já se percebe uma autonomização de um pensamento social cuja presença de filosofias e ciências indígenas abrem clareiras junto a outras formas de disciplinamento ocidental, apontando novos elementos aos conhecimentos até então produzidos, ou acrescentado elementos não conhecidos nessa interlocução. Em suma, emerge um pensamento social amazônico não ocidental que dialoga criticamente com a ciência ocidental na Amazônia. O desafio dá-se tanto no plano da convivência nas estruturas

de ensino e pesquisa, como no da validação, seja como presença dos pontos de vista indígenas nos repertórios de pesquisa, seja nas decisões colegiadas de julgamento de resultados de trabalhos acadêmicos. Enquanto essa dinâmica se mantiver é evidente que fortalecerá os esforços de formulação e registro de epistemologias locais.